



ATA 002/2025 – CONSELHO PLENO

ATA DE REUNIÃO PLENÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 26ª REGIÃO – ACRE (CRESS-26ª/AC), REALIZADA NO DIA 29 DE JANEIRO DE 2025.

Às dezenove horas e dez minutos do dia vinte e nove do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se por meio de videoconferência reunião extraordinária do Conselho Pleno do Cress-26ª/AC. **Presentes:** Conselheiros(as) Maria Tarcísia de Medeiros, Saimo Gabriel Mota de Souza, Grazielle Moraes, Danielly Macedo, Antônio Vanda Matos, Nair Mamed e Nildete Lira. A conselheira presidente Maria Tarcísia de Medeiros presidiu a sessão e iniciou os trabalhos após a verificação de que existia quórum necessário para prosseguimento das atividades. A conselheira presidente iniciou a reunião cumprimentando às pessoas presentes e agradeceu aos(as) conselheiros(as) pela presença e passou a discussão da pauta. **1. Parecer da Comissão Permanente de Ética (CPE), acerca de denúncia recebida:** Tarcísia informou que neste início da reunião, estariam presentes as assistentes sociais Elza Abreu e Mariana Nascimento, ambas membros da CPE e, posteriormente, facultou a fala à conselheira presidente da CPE, Grazielle Moraes, que procedeu com a leitura do relatório e parecer da comissão: **SÍNTESE DA DENÚNCIA:** A Sra. Estefânia Pontes protocolou junto ao referido Conselho Regional de Serviço Social uma denúncia ética contra a Sra. Celiane Costa. No formulário, a denunciante informa que atualmente ocupa o cargo de Coordenação do Núcleo de Serviço Social do Complexo Regulador Estadual – SESACRE e alega que a denunciada está praticando assédio moral em seu desfavor. *“A mesma está lotada neste Núcleo de Serviço Social e constantemente vem me intimidando com ameaças que pratiquei assédio moral contra sua pessoa e*

que tem provas contundentes, sem explicar ou relatar o assédio sofrido. A mesma costuma insinuar que está gravando as conversas de trabalho, utilizando esta pressão psicológica para me constranger e intimidar no que se refere às decisões a serem tomadas sobre suas atividades profissionais. Informo ainda, que a servidora demonstra claramente não se submeter a minha autoridade, não recebendo documentos com as orientações da organização do nosso setor de trabalho, se recusando a receber o documento de forma hostil, bem como me acusa perante a equipe da prática de assédio moral contra ela, me constrangendo publicamente.” A denunciante, Estefânia Pontes, também relatou no formulário que, desde 2022 está em tratamento para o transtorno de ansiedade, inclusive fazendo uso de medicação, sendo essa informação de conhecimento da denunciada. Em decorrência do que foi relatado, a denunciante solicita ao CRESS que sejam tomadas providências para que a servidora denunciada comprove a existência do assédio alegado. Caso se confirme a veracidade das denúncias, a responsabilização da denunciante também deve ser considerada. Mediante a solicitação da denunciante, registre-se que a Comissão Permanente de Ética – CPE, não tem por competência comprovar a existência do fato apresentado, no caso o assédio, nem tampouco o que recair sobre a própria denunciada, mas cabe avaliar a denúncia e entender se o fato relatado se enquadra nos critérios pontuados pelo Código de Ética Profissional. ANÁLISE: Mediante a presente denúncia, a Comissão Permanente de Ética avaliou que ela se baseia nos principais aspectos, dos artigos 10 e 11 do Código de Ética Profissional do Assistente Social. A denúncia apresentada enquadra-se no artigo 10º, alínea a, contido no Capítulo III (Das relações com assistentes sociais e outros profissionais) onde constam os deveres do/da assistente social, quando a denunciante informa *“que a servidora demonstra claramente não se submeter a minha autoridade, não recebendo documentos com as orientações da organização do nosso setor de trabalho, se recusando a receber o documento de forma hostil”* e também relatou no formulário *“que desde 2022 está em tratamento para o transtorno de ansiedade”*. Neste ponto, o código de ética traz que ser solidário representa o compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas pelas outras, se auxiliam mutuamente. Pois ser solidário significa contribuir com a superação ou mesmo com a compreensão da dimensão da dificuldade do outro. (BARROCO E TERRA, 2012, p. 190). A denúncia também preenche os requisitos de possível infração ao art. 10º, alínea f, que menciona a realização de crítica pública ao afirmar que *“constantemente vem me intimidando com ameaças de que pratiquei assédio moral contra sua pessoa e que possui provas*

contundentes, sem explicar ou relatar o assédio sofrido.” A denunciante menciona ainda que a denunciada costuma insinuar que está gravando as conversas de trabalho, utilizando essa pressão psicológica para constrangê-la e intimidá-la em relação às decisões sobre suas atividades profissionais. A esse respeito, o Código de Ética pontua que são comuns as divergências e discordâncias no desenvolvimento das atividades profissionais e isso é trabalhar na perspectiva do pluralismo, aceitando as diversidades de opiniões, de condutas, de procedimentos, e que a crítica é absolutamente benéfico desde que cumpridas as exigências da legislação, no sentido de estar desprovida de ataques pessoais e referências destrutivas, difamatórias, humilhantes, jocosas e que coloquem o criticado em situação de inferioridade e cause constrangimento. (BARROCO E TERRA, 2012, p. 196). Outro possível fato violador apresentado na queixa, diz respeito ao artigo 11º, alínea d do Código de Ética que indica o que é vedado aos/as assistentes sociais, podendo ser citado o prejuízo à reputação, onde a denunciante alega que: *“a servidora demonstra claramente resistência em se submeter à sua autoridade, recusando-se a receber documentos com orientações da organização do nosso setor de trabalho de forma hostil.”* Neste sentido, o código de ética apresenta entendimento de que o prejuízo a reputação traz danos de natureza moral, profissional e econômica, e também incide sobre a credibilidade, o conceito que goza o profissional atingido pela conduta irregular (BARROCO E TERRA, 2012, p. 199). PARECER: Mediante o exposto ao Conselho Regional de Serviço Social do Acre – CRESS 26ª Região, essa Comissão Permanente de Ética avalia que a denúncia em tela apresentada pela denunciante Estefânia Maria Pereira Pontes contra a denunciada Celiane Silva da Costa, se enquadra nos critérios definidos pelo Código de Ética, Resolução 273 de 13 de março de 1993 e especificados no artigo do Código Processual de Ética, Resolução CFESS nº 660/2013. Assim sendo, opina essa comissão pela instauração de processo disciplinar ético em desfavor da denunciada. Segue o parecer para apreciação do Conselho Pleno do Colegiado do Conselho Regional de Serviço Social do Acre – CRESS AC 26ª Região. Todas as pessoas presentes votaram favorável à instauração do processo ético disciplinar e, portanto, o parecer foi acatado pelo colegiado. Após, Tarcísia agradeceu a presença das assistentes sociais Elza Abreu e Mariana Nascimento, momento em que estas se retiraram da reunião. **2. Processos da Comissão de Inscrição e Registro:** A conselheira Vanda Matos solicitou ao conselheiro Saimo Gabriel que fizesse a leitura do relatório da comissão, momento em que este procedeu à leitura: **PROCESSOS DE INSCRIÇÃO PRINCIPAL:**

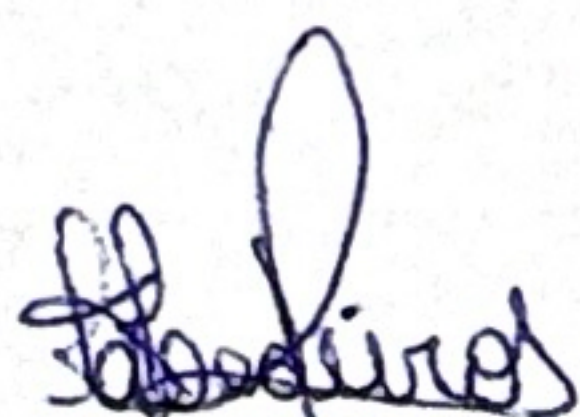
POLEANI DO NASCIMENTO SILVA (DEFERIDO), DALYANA ARAUJO DE SOUZA (DEFERIDO), ROGÉRIA VERAS DA SILVA (DEFERIDO) e LUZINETE DA SILVA ALENCAR (INDEFERIDO: profissional apresentou o certificado de conclusão como comprovação de conclusão de curso, porém, consta a informação de que é válido apenas por 1 ano a partir da data de expedição, e esta ocorreu em 29/01/2013. Sendo assim, o documento não é válido). PROCESSOS DE REINSCRIÇÃO: MARCELA RIBEIRO DA SILVA AZEVEDO (DEFERIDO), JANDIRA PINHEIRO SOUZA (DEFERIDO) E LEIDE MAYANA OLIVEIRA DA SILVA (DEFERIDO). PROCESSOS DE ISENÇÃO DE ANUIDADE: FRANCILENE TAUMATURGO DOS SANTOS: Deferido para o período de janeiro a abril. PROCESSOS DE CANCELAMENTOS POR TRANSFERÊNCIA: ELIAS JESUS DA CRUZ (DEFERIDO) e GRACIELLA TATIANE DO VALLE SANTOS (DEFERIDO). PROCESSOS DE CANCELAMENTOS: SANDRA MARIA DE OLIVEIRA MAIA (DEFERIDO), ELIVANDA COSTA DO NASCIMENTO (DEFERIDO), ROZANA FREITAS DE LIMA (DEFERIDO) e MARIA DE JESUS DA CUNHA SILVA (DEFERIDO).

3. Parecer do Conselho Fiscal referente ao 4º trimestre de 2024: Tarcísia faculta a fala a conselheira Danielly Macedo, que passa a apresentar o parecer. A conselheira informou que todos os documentos enviados pela Tesouraria foram analisados pelo Conselho Fiscal, assim, o Conselho Fiscal face ao exame realizado, considerando que não há nenhuma irregularidade que impeça sua aprovação, aprova o PARECER referente a prestação de contas do 4º TRIMESTRE de 2024, correspondente ao período de 01 de outubro de 2024 a 31 de dezembro de 2024. Após lido o documento, foi colocado à plenária para apreciação e votação, sendo a Prestação de Contas do exercício mencionado APROVADA POR UNANIMIDADE.

4. Apresentação do calendário dos feriados e pontos facultativos de 2025: A presidente apresentou o calendário organizado pela Comissão Administrativo-Financeira, e informou que a proposta havia sido debatida por esse colegiado. A conselheira Vanda Matos parabenizou e acrescentou da importância de conselheiros(as), trabalhadoras e toda a categoria se planejarem a partir do calendário, tendo sido aprovado por unanimidade.

5. Frequência e assiduidade dos/as conselheiros/as nas reuniões do Conselho Pleno: A conselheira presidente passou a palavra ao conselheiro Saimo Gabriel. Este passou a apresentar o levantamento realizado em relação ao ano de 2024, no qual consta a ausência do conselheiro Giovanny Kley em dez reuniões, e que outras pessoas estiveram no limite regimental de faltas não justificadas. A conselheira Vanda Matos acrescenta que, pelo regimento, não há condições do conselheiro permanecer no

cargo. A conselheira Tarcísia solicita manifestação da plenária em relação ao caso. Unanimemente, votou-se pela perda do mandato de conselheiro de Giovanny Kley, devendo o mesmo ser comunicado de ofício pela coordenação do Cress/AC. Deverá, ainda, ser providenciada uma resolução tratando da nova composição deste colegiado. **6. Minuta de resolução para utilização de suprimento de fundos:** A conselheira presidente passa a informar sobre a necessidade de revisão da antiga resolução que trata do suprimento de fundos, haja vista que não mais atende às necessidades deste Regional. Momento em que faculta a fala ao conselheiro Saimo Gabriel. O conselheiro passa a apresentar a minuta, informando que ela foi produzida com o auxílio do assessor jurídico do Cress/AC. Após a apresentação, todos(as) manifestaram-se favoráveis e aprovaram a resolução. Após deliberação de todos os itens da pauta e nada mais a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião, às vinte horas e quinze minutos, onde as informações seguem lavradas nesta ata, que será assinada por mim, Saimo Gabriel Mota de Souza, primeiro secretário, e pela conselheira presidente Maria Tarcísia de Medeiros.



Maria Tarcísia de Medeiros
Conselheira Presidente



Saimo Gabriel Mota de Souza
Conselheiro Primeiro Secretário